

COMENTÁRIOS SOBRE POLÍTICAS DE ESTABILIZAÇÃO PARA O SETOR AGRÍCOLA

Túlio Barbosa*

O Professor Fernando B. Homem de Meio, do IPE, em seu trabalho "Políticas de Estabilização para o Setor Agrícola", preparado para o Ministério da Agricultura, apresenta-nos, provavelmente, o primeiro e, seguramente, o mais rigoroso estudo sobre o tema no Brasil, hoje objeto de nossa discussão e tema central da reunião da SOBER.

Permito-me, com o risco de repetição e, pior, de supersimplificação - portanto, não fazendo justiça ao trabalho do meu colega - resumir algumas das principais conclusões a que ele chegou.

O objetivo central de seu estudo foi examinar as alternativas de estoques reguladores, de diversificação geográfica da produção e de maior abertura ao comércio internacional, como instrumentos capazes de produzir maior estabilidade à receita total dos agricultores.

Para os produtos alimentares do mercado interno (arroz, feijão, batata, mandioca, cebola, milho), a estabilização completa de preços apareceu como uma alternativa, reduzindo a variância da receita, mesmo sem nenhuma flutuação da curva de demanda (isto porque $0 < \boxed{X} < 0,5$).

Entretanto, com estabilização incompleta, haveria reduções adicionais daquela variância.

Da mesma forma, maior diversificação geográfica e temporal da produção agrícola brasileira (atuando diretamente sobre a estabilização da quantidade produzida) e maior abertura ao comércio exterior (atuando sobre a estabilidade dos preços recebidos) atuariam como alternativas para diminuir a instabilidade da renda agrícola.

Homem de Melo chama a atenção para uma importante qualificação para os seus resultados: mesmo que um maior uso daqueles instrumentos consiga realizar o objetivo de maior estabilidade da renda no agregado, não se seque que esse acontecimento se dará para todos os agricultores e/ou regiões produzindo um dado produto. Tudo vai depender das flutuações individuais (agricultores e regiões) *vis-à-vis* às flutuações do agregado. Por exemplo, o mesmo grau de estabilização obtida para a receita total por culturas no agregado será transmitido para agricultores individuais e/ou regiões específicas apenas quando as flutuações de rendimento (desprezando-se as flutuações de área) destes últimos forem na mesma proporção e direção que as variações do rendimento médio agregado. Por outro lado, se as flutuações individuais forem na mesma direção, mas de maior proporção que as flutuações de rendimento (ou quantidade produzida) agregado, é possível que uma completa estabilização de preços, ainda que reduzindo a variância da receita agregada, aumente a variância das receitas individuais. Isso tenderá a ocorrer quanto maior for a magnitude das flutuações de quantidade produzida de agricultores ou regiões específicas, em relação às flutuações dos preços recebidos.

A preocupação principal com políticas de estabilização de renda está relacionada com os pontos já levantados por Homem de Melo, aos quais aqui se retorna. Fundamentalmente, Homem de Melo parte da constatação da existência de dois subsetores: o dos produtos exportáveis e o dos produtos domésticos, isto é, para abastecimento interno. O mesmo autor mostra que, ao decompor a variância da receita total, por produto, entre os componentes preço, rendimento e área cultivada, no agregado, as flutuações em preços são as maiores responsáveis pelas variações na receita total, para os principais produtos alimentícios, ou seja, arroz, feijão, mandioca, batata e milho. A área cultivada e o rendimento representam menos de 10% da variação na renda.

Por outro lado, tomando-se o período 1970/74, há uma marcada tendência para os produtos alimentícios serem geograficamente mais "espalhados" do que os produtos exportáveis.

* Professor da Universidade Federal de Viçosa.

É interessante notar que, no caso do arroz, do feijão, da mandioca, da batata e do milho, a instabilidade de rendimento tende a ser maior nos estados maiores produtores do que para o Brasil como um todo (agregado).

Uma questão de extrema importância é relacionada com o fato de que os produtos alimentícios básicos são produzidos por pequenos produtores. Tem-se, portanto, a conjugação de um conjunto de fatores, entre os quais citam-se os seguintes:

- a) são produtores com pequena base individual de recursos;
- b) Parte considerável da produção é destinada ao autoconsumo;
- c) os produtores já se utilizam de um esquema de diversificação (com os próprios produtos alimentícios) para fazer face a situações de risco ou incerteza, quer seja de origem técnica (rendimento) e, principalmente, de preço (neste sentido, convém destacar que o trabalho de Homem de Melo trata de produtos individuais e não do conjunto ou combinação de produtos); sem dúvida, são produtores com alta dose de aversão ao risco.

A pergunta que se coloca aqui é a seguinte: qual seria um esquema eficiente de estabilização de renda para este grande contingente de produtores, isto é, os pequenos produtores, em grande número, geograficamente espalhados e que, fundamentalmente, produzem produtos alimentícios? Poder-se-ia, inclusive, perguntar se o problema fundamental é o de estabilização da renda ou de aumento (isto é, crescimento real na linha de tendência), mesmo aceitando-se um certo nível de variação, desde que garantido um nível mínimo de renda?

O trabalho de Homem de Melo é, também, ilustrativo a esse respeito: os produtos alimentícios domésticos, em geral, são os que tendem a apresentar os maiores valores para os indicadores de instabilidade de receita, quando os produtos são considerados em separado. É bem provável que, se tomados em conjunto, isto é, da forma em que os pequenos produtores estabelecem os seus planos de produção, a instabilidade da renda bruta da unidade familiar seja ainda menor. Portanto, pensa-se que o nível absoluto da renda esperada seja mais importante do que a eventual variação de tal renda. É evidente que os produtores em áreas mais sujeitas a incertezas climáticas, como é o caso do Nordeste, estariam em situação mais difícil do que aqueles em outras áreas.

O problema que o Brasil enfrenta, de um ponto de vista político, é não só o de evitar flutuações na oferta (para minimizar os ocasionais problemas de abastecimento interno), mas o de garantir o seu crescimento (para evitar pressões altistas nos preços dos produtos domésticos), bem como garantir uma situação de renda (isto é, emprego) para uma fração considerável da população produtora do meio rural. Não há dúvida de que esquemas tendentes a estabilizar a renda agrícola - quer seja via a redução na flutuação de preços, quer na produção (rendimento e área) - tenderão a produzir efeitos benéficos no sentido de permitir decisões de produção, por parte dos agricultores, que levam a maior uso dos recursos disponíveis. Entretanto, julga-se que os ganhos (traduzidos em aumento real da renda) dos pequenos produtores de produtos alimentícios poderiam ser relativamente elevados, mas de pequena magnitude absoluta. Esquemas do tipo "compra antecipada da produção" poderiam representar alternativas a serem perseguidas, para solução de curto prazo. Entretanto, mais teria que ser feito no sentido de aumentar a produtividade da terra e da mão-de-obra familiar. Ter-se-iam que conjugar medidas da redução na flutuação dos preços recebidos pelos agricultores com aquelas tendentes a aumentar a produtividade dos recursos disponíveis. O desafio aqui é grande, já que implica em investimentos públicos na geração e difusão de tecnologias (com baixo nível de risco técnico) e no aperfeiçoamento e desenvolvimento dos recursos humanos.